**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Disciplina: O mercado e o Estado na organização da produção capitalista
Docentes: Csaba Deák, Sueli Schiffer, Nuno Fonseca

Qual o lugar do direito na organização espacial no capitalismo?

Aline Viotto Gomes

**São Paulo
2012**

Qual o lugar do direito na organização espacial no capitalismo?

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo identificar qual o lugar do direito no marco teórico construído por Csaba Deák para o estudo da organização espacial. Para tanto, serão analisados alguns dos principais textos produzidos pelo autor ao longo de sua trajetória acadêmica.

O foco de reflexão deste trabalho justifica-se pela minha formação acadêmica e por ser o direito o objeto central da minha pesquisa na pós-graduação. Assim, optei por realizar um esforço teórico de compreensão dos textos produzidos pelo autor, tendo como eixo de análise a busca pela sistematização das visões sobre a função do direito.

Na primeira parte, apresento resumidamente a teoria de Deák, partindo da relação dialética existente entre Estado e mercado e seus reflexos na regulação da produção e uso dos espaços e das localizações.

A forma como se dá a relação entre Estado e mercado e, conseqüentemente, como o espaço é organizado, varia de acordo com o estágio de desenvolvimento predominante em cada país. Portanto, no ponto seguinte, exponho a análise dos níveis de desenvolvimento dos países no capitalismo, o estágio de acumulação intensivo e o estágio de acumulação extensivo.

Na segunda parte, reconstruo o tratamento dispensado ao caso brasileiro e à forma historicamente desenvolvida pelo capitalismo. Foca-se na relação entre a exploração colonial e dois fenômenos característicos do Brasil que até hoje se perpetuam: a sociedade de elite e a acumulação entravada.

A fim de compreender o papel do direito na produção teórica de Csaba, concentro minha análise em dois fenômenos: na especulação imobiliária e nos impactos do neoliberalismo na organização espacial a partir da década de 1990.

Ao final, interpreto, a partir dos estudos desses fenômenos, as atribuições reservadas ao direito e o lugar onde este se situa na relação entre Estado, mercado e organização espacial.

2. Estado, mercado e espaço

2.1. Regulação da produção e uso do espaço e das localizações

Antes de reconstruir a interpretação de Csaba sobre a regulação da produção e uso do espaço e das localizações, faz-se necessário caracterizar dois conceitos-chave do seu marco teórico: espaço e localizações. Apesar de ambos derivarem do processo de produção e reprodução social do capitalismo, eles exprimem diferentes relações entre o território e o Estado.

Para Deák, o espaço refere-se ao território em geral, por onde a forma mercadoria circula. A circulação de mercadorias é garantida e viabilizada por uma determinada infra-estrutura criada pelo Estado. Ao produzir infra-estrutura, o Estado regula a produção do espaço, pois ...

As localizações, por sua vez, estão inseridas no espaço, são pontos específicos e determinados do território. Um conjunto de localizações pode, por exemplo, delimitar os limites de uma propriedade ou de um terreno. Essa figura nos ajuda a compreender que, enquanto o espaço refere-se ao território de maneira ampla, as localizações são os seus pontos definidos (Deák, 1989).

Como apresentado anteriormente, o Estado produz o espaço por meio da infra-estrutura. Ao criar novos elementos estruturais no espaço, como uma nova estrada ou uma nova linha de metrô, o Estado altera (ou até mesmo cria) as relações existentes numa porção do território próxima a essas mudanças. Dessa forma, ao produzir o espaço, o Estado constitui as localizações, que podem ser bem ou mal servidas de infra-estrutura (Deák, 1989).

O Estado, dessa maneira, regula o uso das localizações por meio de suas ações. O uso pode ser definido por leis que restrinjam o uso do solo, como é o caso dos zoneamentos que estabelecem áreas específicas para uso residencial e industrial; ou em razão dos equipamentos públicos instalados, como parques, rodovias, portos e aeroportos.

A organização espacial, no entanto, não está sujeita apenas à ação do Estado, mas também às pulsões do mercado. Este não atua na regulação da produção do espaço por ser incapaz de transformá-lo a ponto de alterar as relações que o constituem, o que é

feito por meio da criação de infra-estrutura. ¹ Por outro lado, o mercado é capaz de interferir na regulação do uso das localizações por meio de preços.

Sobre o preço da terra, é importante dedicar algumas linhas para explicar a sua formação. Deák entende que a terra não pode ser considerada mercadoria porque não há trabalho socialmente necessário para sua produção:

Contudo, não há relação social específica correspondente ao preço da terra a não ser a propriedade privada – uma pré-condição da própria relação capital. A especificidade do preço da terra, em relação ao preço das mercadorias em geral, reside na sua vinculação tanto com a produção quanto com o uso do espaço e, de fato, o preço da terra é governado pela necessidade da organização da produção por sobre o espaço. (Deák, 1989)

O que adquire um preço são os terrenos, isto é, as localizações. Como dito anteriormente, as localizações não são produzidas, elas resultam da produção do espaço como um todo. As localizações, portanto, não tem preço em si, elas adquirem um preço a partir da estruturação e alteração do espaço no seu entorno, isto é, respondendo à criação e alteração da infra-estrutura. Além disso, as localizações não possuem custo de produção, nem capital investido na sua produção. Por esses motivos, o que determina o preço das localizações é o mercado, ou seja, é a lei da oferta e da procura.

Como as localizações resultam da ação do Estado, este é essencial para o mercado, já que as localizações adquirem seus preços com base na produção do espaço como um todo. Ao mesmo tempo, o Estado limita a esfera de atuação do mercado sob o espaço ao regular o uso das localizações. Esta é a relação dialética que há entre o Estado e o mercado: este necessita da ação daquele para a expansão da forma-mercadoria, mas, ao mesmo tempo, a ação do Estado é contrária à forma-mercadoria.

Essa relação entre Estado e mercado também se reflete nas pretensões de organização do espaço. O mercado precisa de um espaço diferenciado, isto é, um espaço em que a infra-estrutura esteja distribuída de forma desigual, pois é esta diferenciação que permite que algumas regiões, mais bem servidas de equipamentos urbanos, tenham os preços dos terrenos mais altos. Contudo, o mercado não pode prescindir do Estado, pois este é o responsável por prover a infra-estrutura de que aquele tanto necessita.

Para o Estado, porém, a pretensão, segundo Deák, é de homogeneização do espaço, de prover infra-estrutura sem diferenciações. Deák ressalta, porém, que o Estado nem sempre atua nesse sentido. Para este autor, os impulsos de homogeneização

¹ “Na verdade, a produção do espaço é transformação do espaço no sentido estrito, em que o produto final da intervenção no espaço não é alguma estrutura particular (‘nova’), senão a própria transformação em si das relações que constituem o espaço” (Deák, 1989).

são condicionados por fatores concretos do desenvolvimento de determinado país. Para explicar esse fenômeno, Deák vale-se de conceitos sobre os diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, reconstruídos a seguir.

2.2. Estágios de desenvolvimento capitalista

Ao analisar comparativamente os países, Deák sustenta que é possível identificar a existência de diferentes fases (ou estágios) de desenvolvimento no modo de produção capitalista. Esses diferentes estágios derivam das condições em que se dá a reprodução das relações sociais de cada país. Na chave de leitura marxista adotada por Deák, por relações sociais entende-se a forma de reprodução da força de trabalho e da forma-mercadoria.

Para Deák, há dois diferentes estágios do desenvolvimento capitalista: o estágio de acumulação extensivo e o estágio de acumulação intensivo. O primeiro estágio surge com o fim da ordem feudal e a consolidação do modo de produção capitalista e é caracterizado pelo predomínio da expansão da forma-mercadoria sob o território nacional e pelo aumento do número de trabalhadores assalariados em detrimento a formas não-capitalistas de produção. Dessa forma, a taxa de expansão no estágio de acumulação extensiva equivale a taxa de excedente gerado pela produção de mercadoria, mais a taxa de extensão da produção de mais-valia.

Quando a extensão da forma-mercadoria atinge o seu limite, inicia-se o estágio de acumulação intensivo. Nesse caso, o excedente provém somente do aumento de produtividade do trabalho por meio da adoção de técnicas mais modernas de produção. Conseqüentemente, no estágio intensivo, a taxa de expansão é igual à taxa de excedente. Cabe ressaltar que os estágios de acumulação não são absolutos, mas que na verdade o que se observa nos países é a predominância de um sobre o outro.

O Estado, em cada um desses estágios de acumulação, assume papéis diferentes, o que se reflete na organização espacial. Segundo Deák, no estágio extensivo, o Estado tem baixo poder de intervenção e atua de forma não planejada, o que permite que o mercado assuma o papel de regulador. Ao atuar de forma não planejada, o Estado gera um espaço diferenciado, com uma infra-estrutura distribuída de maneira desigual pelo território.

Já no caso do estágio de acumulação intensiva, o processo é inverso. A intervenção do Estado torna-se mais forte e intensa, restando um espaço restrito para a

atuação do mercado. Agindo de forma planejada, o Estado produz o espaço de maneira mais homogênea.

Da mesma maneira em que a regulação econômica se dá através de uma combinação de forças do mercado e planejamento, a regulação espacial se exerce por uma combinação dos mesmos processos, que se concretizam, respectivamente, no preço da localização e na intervenção do Estado. A combinação particular dos diversos meios de regulação utilizados em uma época histórica específica é determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou mais precisamente, do antagonismo entre a produção de valores de uso enquanto valores de troca (isto é, a produção de mercadorias) e a produção direta de valores de uso. (Deák, 1989)

A relação dialética entre Estado e mercado atinge um novo patamar no estágio de acumulação intensiva². Enquanto na acumulação extensiva essa relação pende para o mercado, que encontra um espaço maior para sua atuação, no estágio intensivo é o Estado quem predomina. No estágio intensivo, o excedente advém do aumento da produtividade do trabalho, o que exige uma participação maior do Estado para garantir a sua reprodução social. Isso explica porque a intervenção do Estado, em um contexto de acumulação intensiva, é mais decisiva se comparada à acumulação extensiva.

3. Estado, mercado e espaço no caso brasileiro

Ainda que a ideia de estágios de acumulação trabalhada por Deák indique uma perspectiva de evolução histórica do desenvolvimento capitalista, essas “etapas” são configurações de sociedades contemporâneas concretas, que convivem no capitalismo contemporâneo. Há, dessa forma, sociedades em que o processo de produção e reprodução social do capitalismo ocorre sob a forma extensiva. Em outros contextos, isto se dá na modalidade intensiva.

No marco teórico-conceitual proposto por Deák, o Brasil, é considerado um país que se encontra no estágio de acumulação predominantemente extensiva. No estudo da regulação espacial no Brasil, Deák vale-se do conceito de acumulação extensiva, mas entende que ele não é suficiente para uma compreensão mais abrangente do funcionamento dessa sociedade. Para o autor, há duas especificidades do contexto

² “Já no estágio intensivo, em que a expansão da produção fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade do trabalho, o antagonismo entre mercado e Estado atinge um novo patamar, porque a intervenção do Estado (planejamento, produção do espaço etc.) – que nega a forma-mercadoria, ainda que seja necessária para sua preservação – se intensifica e a reasserção da primazia da forma-mercadoria – a negação da negação – torna-se cada vez mais problemática” (Deák, 2004, p. 31).

brasileiro que devem ser consideradas na análise, a saber: a existência de uma sociedade de elite e o fenômeno da acumulação entravada.

Para Deák, a sociedade de elite brasileira está relacionada à própria origem do país. A independência do Brasil frente a Portugal, em 1822, não significou a ruptura do modelo de sociedade colonial. Pelo contrário, manteve-se a estrutura social colonial em que uma pequena elite garante os seus privilégios às custas da manutenção de condições de vida precárias à grande massa dos trabalhadores. No mesmo sentido, Florestan Fernandes observa o caráter senhorial de origens coloniais da ordem social brasileira:

O que é essencial ter-se em mente é que, nas condições da América Latina, por causa de suas origens coloniais e das implicações da transição neocolonial, o “capitalismo moderno” nasce, consolida-se e evolui repetindo o “típico” de modo peculiar e criando a sua própria conexão histórica “particular”. A ordem social competitiva não deita suas raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas em estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chaves no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, como fonte de privilegiamento do poder senhorial (...) (Fernandes, 1981, p. 91).

A manutenção da sociedade de elite, segundo Deák, é possível porque a nossa produção se organiza em torno da expatriação do excedente. Assim, como não se desenvolve um capitalismo industrial, não há a formação de uma classe de trabalhadores, de uma classe média massificada. Ao contrário, apenas uma pequena elite auferir algum benefício da produção. Em contextos de acumulação intensiva, a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas implica maior envolvimento de um maior número de trabalhadores na produção. Isso coloca em xeque a constituição de uma sociedade de elite, tal como conceituada por Deák, impondo a generalização de um mínimo de condições de vida a um número maior de trabalhadores.

Como organizarmos a nossa produção em torno da expatriação do excedente e, dessa forma, não desenvolvemos o capitalismo internamente, nossa acumulação é entravada. Quer dizer que a acumulação não se expande, que ela tem um limite dado pela sua própria existência. Isso é o que caracteriza o processo da acumulação entravada, a “primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação no mercado interno e assim, sobre a própria dialética da forma-mercadoria” (Deák, 2004, p. 32).

3.1. A especulação imobiliária

A relação dialética entre Estado e mercado, como exposto, também se reflete na organização espacial. O mercado necessita do Estado para o provimento de infraestrutura (produção do espaço) mas, ao mesmo tempo, precisa negá-lo, pois o Estado constitui uma barreira para a generalização da forma-mercadoria.

Como foi visto, para Deák, a ação do Estado adquire diferentes contornos dependendo do estágio de acumulação predominante no país. No caso do estágio de acumulação intensiva, a ação do Estado é mais planejada e, portanto, a produção do espaço é mais homogênea, de forma a “combater a diferenciação espacial decorrente do desenvolvimento da produção” (Deák, 1985, p. 212).

Já no estágio de acumulação extensiva, predominante no Brasil, o Estado intervém de maneira não planejada, o que acarreta num espaço estruturado de forma diferenciada. Ademais, a ausência de intervenção do Estado, característica do estágio de acumulação intensiva, amplia o campo de atuação do mercado, que acentua “o nível de diferenciação dentro do espaço urbano por intermédio dos níveis de preço das localizações” (Deák, 1985, p. 212).

A consequência disso é um padrão de urbanização baseado no crescimento anárquico, que tem a especulação imobiliária como condutora dos processos de transformações do espaço. Para Deák, a especulação molda “o processo de transformação do espaço” (Deák, 1985, p. 216), já que esta tarefa não é realizada pelo Estado.

A especulação imobiliária é compreendida por Deák como um fenômeno de aumento do preço das localizações com a expectativa de que, no futuro, essas localizações serão transformadas e, portanto, terão seus preços elevados (Deák, 1985, p. 216). Assim, o mercado eleva o preço de determinadas localizações porque aposta que, em um momento posterior, o Estado irá transformá-las, seja modificando os seus usos, seja alterando a infra-estrutura disponível.

Ocorre que, dificilmente, o mercado adota uma atitude passiva e simplesmente aposta em alterações no espaço. Na maior parte das vezes, ele atua diretamente para que suas expectativas – e investimentos – se concretizem, por meio dos mais diversos artifícios, legais ou até mesmo ilegais³. Ao não planejar o uso do espaço, o Estado

³ Conforme Csaba Deák: “Os detalhes concretos das operações especulativas com terras são intrincados, devido a um sem-número de artifícios dos quais a atividade lança mão para fazer frente aos elevados riscos envolvidos nas previsões de evoluções futuras. Tampouco são os 'especuladores' meros especuladores, visto que frequentemente procuram, e conseguem, não apenas 'prever' senão também direcionar o 'futuro' por intermédio dos mais diversos meios e manipulações, inclusive ilegais e violentos

permite que o mercado construa as condições para que as suas expectativas de valorização sejam confirmadas.

3.2. O Neoliberalismo e velhas novidades na organização espacial

Segundo Deák, o modelo de produção e reprodução social do Brasil não se alterou nos últimos dois séculos, apesar das sucessivas crises enfrentadas pelo país⁴. Isto é, o Brasil mantém-se, historicamente, como um exemplo do estágio de acumulação extensiva do capitalismo. Em momentos de crise, a solução encontrada é sempre a mesma: a reimposição do modelo de expatriação de excedentes, ou seja, a acumulação entravada, a perpetuação da sociedade de elite e a manutenção da relação de submissão do Estado ao mercado. Na última grande crise enfrentada pelo país, durante a década de 1980, a resposta não foi diferente.

Até a década de 1970, nos países centrais, predominava o estágio de acumulação intensiva. Este assumiu, naquele contexto, a forma política e ideológica da social-democracia, caracterizada por uma maior intervenção do Estado na organização da produção e por proporcionar melhores níveis para a reprodução da força de trabalho.

No final desse período, como resposta à crise gerada pela ampla intervenção do Estado – contrária à forma-mercadoria – surge o discurso neoliberal⁵, o qual defende que o mercado tenha um campo maior de atuação dada a sua maior eficiência para executar tarefas que até então eram monopólio do Estado.

No Brasil, o ideário neoliberal apresentou-se enquanto solução ao longo período de recessão econômica, oferecendo alternativas políticas que foram finalmente adotadas nos anos 1990⁶. No que diz respeito ao tema de interesse do presente trabalho, Deák

– motivo pelo qual foram sempre alvo de críticas generalizadas, e a atividade como um todo goza de má reputação -- e assim, a especulação acaba não apenas acompanhando como também moldando o processo de transformação do espaço” (Deák, 1985, p.215-216).

⁴ “Tais crises atravessam a história brasileira em uma sucessão aparentemente infundável desde a transmigração da corte de D. João VI (em 1808), de geração em geração, dando aparência de uma ‘sociedade sem história’ (...)” (Deák, 2004, p. 34).

⁵ Conforme Deák: “Renegando as formas social-democratas que acompanham o estágio intensivo, nega a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta às origens desse, do tempo do liberalismo -- daí o nome de neo-liberalismo” Disponível em <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_Deák/CD/4verb/neolib/index.html> Acesso em 28.07.2012.

⁶ “We argue that the shifts in the nineties did nothing of that sort and, on the contrary, they were introduced precisely to sustain the same accumulation process, namely, hindered accumulation (Deák, 1988), that has been restraining the development of the Brazilian economy since as far as the colonial period, and in this way contributing to the maintenance of the *status quo*. As a consequence, the

aponta uma série de mudanças datadas desse período que interferem na organização espacial (Deák 2007).

Uma das principais transformações introduzidas nessa época foi a criação dos planos estratégicos. Desde os anos 1960 até o início da década de 1980, predominaram, no Brasil, os planos de desenvolvimento, isto é, um planejamento amplo que estabelecia políticas e diretrizes tanto para dimensão econômica quanto social.

Esse quadro é alterado nos anos 1980, quando a palavra de ordem no urbanismo passa a ser o planejamento setorial. Passa a ser hegemônica a visão de que os planos devem ser focalizados em algumas regiões (por exemplo, nas regiões metropolitanas), ao invés de considerarem o território como um todo.

O planejamento estratégico, por sua vez, é ainda mais pontual, já que se dá no âmbito municipal e, muitas vezes, não está alinhado com as políticas estaduais ou federais. A fragmentação da política pública pode ser ainda maior. No caso de São Paulo, por exemplo, o planejamento ocorre de maneira ainda mais específica, pois cada subprefeitura tem autonomia para elaborar o seu próprio plano.

Isso foi possível a partir da Constituição de 1988, a qual elevou o município à categoria de ente federativo. Assim, o município passou a ter competência para desenhar os seus planos sob o argumento de que eles tem mais capacidade de detectar e, portanto, solucionar os problemas urbanos.

Outra característica do planejamento estratégico é a participação da iniciativa privada. No âmbito nacional, a iniciativa privada ganhou o espaço ocupado antes pelo Estado com o discurso de que tem capacidade para gerir com maior eficiência os serviços prestados até então pelo Poder Público. É o caso da telefonia, da energia elétrica e de diversas empresas públicas.

No plano da organização espacial, a abertura para a participação da iniciativa privada foi consolidada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, por meio de dois principais instrumentos: a outorga onerosa do direito de construir e as operações urbanas. Ambos permitem que sejam criadas exceções às restrições do uso do solo em nome de interesses de grupos particulares em detrimento do interesse coletivo.

4. Qual o lugar do direito?

privileges of the dominant class - the national elite- take precedence over collective interest” (Deák, 2007).

A partir da reconstrução das formulações teóricas oferecidas por Deák, busco compreender, nesta última seção, o papel do direito na organização da produção do capitalismo brasileiro.

A primeira e primordial função do direito reconhecida pelo autor é a criação e a garantia da propriedade privada. Como apresentado por Karl Marx no capítulo XXIV do *Capital*, “A assim chamada acumulação primitiva”, a condição fundamental para a existência do capitalismo é a separação dos meios de produção dos trabalhadores, o que se operacionaliza precisamente pela propriedade privada ⁷, uma instituição genuinamente jurídica.

O direito também é importante para o conceito de localizações, pois estas são objetivadas no espaço por meio das propriedades. Logo, o instituto jurídico da propriedade é o que possibilita a materialização das localizações ⁸.

Quanto à organização espacial, o direito está presente tanto na relação entre Estado e produção do espaço como na relação entre Estado e regulação dos usos das localizações.

O Estado produz infra-estrutura ao construir estruturas físicas como ruas, estradas, túneis, redes de transmissão de energia elétrica, cabos, fios, etc. Para prover todo esse equipamento, o Estado necessariamente se utilizará do direito, seja impondo as regras para realizar a licitação de uma obra, para assinar um contrato de prestação de serviços, para prever os seus gastos na Lei de diretrizes e bases ou simplesmente para criar um plano sobre quais serão as suas ações no futuro sobre uma determinada infra-estrutura.

A regulação dos usos das localizações, por sua vez, é igualmente mediada pelo direito. As restrições ao uso do solo, tais como tipo de uso e intensidade do uso, por exemplo, são determinadas por instrumentos jurídicos, como leis de zoneamento, leis das operações urbanas, etc. Assim, o direito assume um papel ativo e essencial na relação entre Estado e localizações.

Ao mesmo tempo em que estabelece como deverá ser o tipo de uso do solo, o direito também impõe limites à regulação pelo mercado ⁹. Cabe ao Estado definir se

⁷ “Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1996, p. 340).

⁸ “Por sua vez as localizações em si se materializam em extensões finitas, delimitadas do território, cuja expressão elementar é a forma jurídica da propriedade – um pedaço de terra ou uma unidade de área construída” (Deák, 1989).

uma área é destinada ao uso residencial, comercial ou industrial, se será uma área de baixa, média ou alta densidade. O Estado manifesta o seu poder regulatório através do direito, definindo os parâmetros de atuação do mercado.

O mercado, como explica Deák na análise da especulação imobiliária, tem interesse em intervir nos parâmetros de regulação de uso do solo, exatamente para que se concretizem as suas ações especulativas com o território. Sob esse aspecto, o direito é alvo de disputa pelo mercado, pois é a partir dele que o mercado pode garantir o futuro esperado pelos especuladores. Isto é, concretizando juridicamente uma determinada forma de uso do espaço o mercado confirma a sua aposta pela valorização daquele território.

Por fim, o direito exerce papel fundamental no processo brasileiro de reimposição da expatriação de excedentes, sendo, portanto, essencial para a perpetuação da acumulação entravada. A adoção de políticas neoliberais no Brasil ocorreu por meio da reestruturação do sistema jurídico. Para que a iniciativa privada pudesse prestar serviços que antes eram exclusivos do Estado foram necessárias diversas mudanças legislativas¹⁰, que alteraram o regime de monopólio da União. Além disso, a associação entre Estado e entidades privadas passou a ser possível e estimulada com a criação das Parcerias Público-Privadas (PPP)¹¹, das operações urbanas¹², das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹³, etc. Essa transformação do aparato jurídico abriu um novo espaço para que o mercado passasse a influenciar os processos de produção e reprodução social do Brasil.

Estes são exemplos que ilustram como o direito estrutura a relação entre Estado e mercado, oferecendo maior ou menor grau de permeabilidade dos interesses deste em relação àquele. Tendo esse papel, o direito emerge como fator determinante da compreensão dessas relações e, dessa forma, do estudo da produção do espaço.

Ainda que Csaba Deák não proponha uma visão sistemática sobre o papel do direito na organização espacial, inclusive por não ser esse o seu objeto de estudo, a dimensão jurídica perpassa vários dos conceitos e relações trabalhadas por este autor.

⁹ “A localização espacial é enquadrada mediante zoneamento legal, impostos e taxas de localização, empreendimentos públicos etc, de modo que o preço da localização exerça sua função de organização apenas dentro daquilo que ainda resta de ‘liberdade’ ao mercado” (Deák, 1989).

¹⁰ Alguns exemplos: Lei Federal 8.031, de 12 de abril de 1990, Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de 1995, Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995 Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995.

¹¹ Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

¹² Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

¹³ Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999.

Assim, não é incompatível com a produção teórica aqui reconstruída afirmar que o direito assume papel fundamental na relação entre Estado, mercadoria e produção capitalista.

5. Referências bibliográficas

DEÁK, Csaba (1985) *Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy* PhD Thesis, Cambridge.

DEÁK, Csaba (1989) "O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista" *Espaço & Debates*, 28:18-31.

DEÁK, Csaba (2004) "O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas" in Deák, Csaba e Schiffer, Sueli (Org.) *O processo de urbanização no Brasil* Edusp, São Paulo.

DEÁK, Csaba (2004) "Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80" in DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli (Org.) *O processo de urbanização no Brasil* Edusp, São Paulo.

DEÁK, Csaba (2001) *À busca das categorias da produção do espaço* Tese de LD, FAUUSP, São Paulo.

DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli (2007) "São Paulo: The metropolis of an elite society" in SEGBERS, Klaus *et alii* (Orgs.) *The making of global city regions* Johns Hopkins UP, Baltimore.

FERNANDES, Florestan (1981) "Classes sociais na América Latina" in FERNANDES, Florestan *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* Zahar, São Paulo.

MARX, Karl (1996) "A assim chamada acumulação primitiva" in MARX, Karl *O capital*. Nova Cultural, São Paulo, 339-381.

SCHIFFER, Sueli & DEÁK, Csaba (2007) "Relevant actors, formal and informal power structures in São Paulo" in SEGBERS, Klaus *et alii* (Orgs.) *The making of global city regions* Johns Hopkins UP, Baltimore.